

O ESPAÇO SOCIOCUPACIONAL DO FAZER-PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL¹

quem são eles?” x “quem sou eu?

MARIA CELIA CORREIA NICOLAU²

Resumo

O espaço socio-ocupacional do fazer-profissional do Assistente Social é abordado a partir dos discursos anunciadores e denunciadores desses profissionais envolvidos com a problemática da criança e do adolescente - uma das expressões da questão social posta na sociedade contemporânea - objeto de sua atenção. São espaços que aglutinam uma clientela que ainda não atingiu a maioria, mas já fazem parte das estatísticas dos milhões dos excluídos e deserdados socialmente pelo Estado que se desresponsabiliza do seu encargo da proteção social. O que fazer? Para que fazer? E como fazer? São questões abordadas no trabalho educativo desenvolvido pelo Assistente Social, do qual participa outros profissionais, de forma coletiva, cooperativa e combinada na divisão sócio técnica de trabalho, enquanto parte do processo de trabalho da instituição. As condições de trabalho são denunciadas e questionadas, as quais de forma efetiva dificultam e inviabilizam, não só a objetividade do seu trabalho, como, e, sobretudo, a subjetividade desses profissionais que se sentem angustiados e impotentes por se verem impossibilitados de concretizarem seus objetivos, suas intencionalidades previamente idealizadas.

Palavras chaves: Assistente Social, Fazer profissional, O espaço sociocupacional

INTRODUÇÃO

Responder a estas indagações pressupõe considerar as semelhanças e as diferenças construídas no singular e no plural da cultura; pressupõem igualmente o reconhecimento da alteridade, que toma forma nas relações pela definição e identificação dos sentidos de gestos, vozes ou silêncios. Respondê-las leva à admissão de outras, numa sucessão de buscas necessariamente inclusas. O profissional imbuído de cunho investigativo, conformadora de elementos que se confrontam plural e singularmente, significa promover a emergência de um quadro que se estrutura a partir do reconhecimento da existência de um lugar, cuja configuração se dá pautada em dissonante condição social, marcada predominantemente pela exclusão.

Significa perceber as distintas visões da realidade social em que ELES/EU (enquanto sujeitos) se inserem e transitam, evidenciando precisamente a ética que contempla os diferentes critérios impositivos pelos diversos fazeres, organizados e instituídos pelos espaços sócio-

¹ Texto constando na tese de Doutorado e Educação: O aprender do fazer (Representações Sociais de Assistentes Sociais), UFRN,1999. Publicado originalmente na revista DESAFIOS SOCIAIS, Ano II, n.º 2 janeiro/julho de 2002, p. 140-169.

² Assistente Social, Doutora em Educação (UFRN,1999), Vice Coordenadora e professora do Programa de pós-graduação em Serviço Social – Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Brasil

ocupacionais do assistente social, no seu íntimo e adverso contato com sua clientela - os negativamente privilegiados - tendo em vista as formas de implementação de suas ações.

Neste, os assistentes sociais se definem, se configuram e estabelecem sua identidade, no âmbito de um olhar mesclado de (desa) sossego, desencadeado pela situação de um aparente caos.

Neste momento, não se pode negar o contexto sociopolítico e econômico brasileiro, no seio do qual convivem perfis de modernidade e miséria, alicerçados em dolorosa desigualdade. Tal desigualdade, fruto de uma moderna reestruturação econômica, sob a égide de uma economia neoliberal, tem determinado a configuração de uma questão social, expressa entre outras facetas, numa significativa exclusão social de milhões de brasileiros. O empobrecimento - sem medida - desses excluídos está fundado numa relação de desigualdade social, em que aproximadamente 65% da população brasileira vivem sem quase ou nenhuma possibilidade de suprir, sequer, suas necessidades básicas. A penúria, a miséria, a fome, o desemprego, associados à falta de moradia digna, de um pedaço de chão para cultivar, de acesso à educação, à saúde, enfim à seguridade social, retratam o cotidiano desses brasileiros excluídos e deserdados³. Em contraposição, os 20% mais ricos⁴ usufruem um poder de compra que ultrapassa, em muito, do que precisam para viver como cidadão.

No âmago desse quadro, encontra-se o estudo das representações sociais de assistentes sociais engajados em instituições voltadas para a política de assistência à minoridade, para cuja análise se adotou como possibilidades à observação e entrevista, pelas quais e nas quais se pôde colher suas impressões acerca do seu fazer-profissional, a partir de cujas narrações seu EU e os outros ELES foram sendo identificados, numa consubstanciação de valores de aparente contradição e paradoxo.

O Espaço sociocupacional do fazer-profissional do Assistente Social

³ A população brasileira excluída, ou em processo de exclusão pode ser dividida em três categorias, segundo a proposta da Política Nacional de Assistência Social - PNAS (1996, p4), calcada na PNAD 1990: "(...) os indigentes, os pobres e os não-pobres. Os indigentes são aqueles cuja renda não permite atender sequer as necessidades de alimentação. Pobres são aqueles cuja renda permite atender as demais necessidades básicas, tais como moradia, saúde, transporte, vestuário etc. Não-pobres são os que se situam acima da linha da pobreza". Os indigentes são estimados em cerca de "(...) 16,6 milhões de pessoas, enquanto que os pobres representam 39 milhões ou 27% da população brasileira somados indigentes e pobres ultrapassam a casa dos 55 milhões, representando mais de 1/3 da população brasileira. (...) A indigência e a pobreza no Brasil apresentam forte componente regional, concentrando-se nas regiões historicamente mais desiguais, como o Norte e o Nordeste (...)". Em dados mais recentes do próprio IBGE (1995), esse número de 55 milhões ultrapassa a casa dos 60 milhões.

⁴ Os 20% mais ricos - uma população de 32 milhões de pessoas e 08 milhões de famílias - se apropriam de quase 65% da renda nacional ficando 27% para o restante 40% da população que integram os extratos de rendas médias e médias-baixas (MERCADANTE, 1999, p. 6).

Os sujeitos constitutivos do universo desta pesquisa são assistentes sociais engajados em instituições voltadas para a política de assistência à minoridade: espaço do seu fazer profissional⁵. Para falar do seu trabalho, este profissional passa, de forma gradativa, a se referir às “suas” crianças e adolescentes(*suas* porque é nesta vinculação que seu fazer-profissional se delimita, atingindo-o também). Assim fazendo, (pres)supõe falar de um outro(ELES), quando diz de si(EU) e de seus próprios espaços, em sucessivos deslocamentos mediados pela linguagem de um fazer-profissional, que se reformula e se reorganiza na experiência, na vivência.

O espaço desses sujeitos diz de si e de outros, numa demarcação de tempo(s) e lugar(es) heterogeneamente tecido por desejos, valores e símbolos, cuja cotidianidade vai se definindo, assim como a si mesmos. Neste percurso, seus dizeres, lingüísticos ou semiologicamente vão se aproximando de um contexto, sobretudo, desafiador à primeira vista e aparentemente insuportável de ser vivido e compartilhado.

Trata-se de ambientes aglutinadores de uma clientela cujas vidas, deserdadas socialmente, ainda não atingiram suas maioridades, e já se integram às estatísticas dos milhões de brasileiros excluídos. População infanto-juvenil, violada e violentada nos seus direitos mais legítimos, dentre os quais o de assinar-se e assinalar-se com o próprio nome - sua mais autêntica identidade - senão com a cor da falta de dignidade. Indivíduos concretos, cujo crescimento e desenvolvimento são vetados por um viver cotidiano de impiedosa violência, cujas marcas atestam o caráter alienante e enganador de uma existente coexistência desumana, configuradora da exploração do homem pelo homem, numa sociedade, sobretudo, contraditória em suas relações sociais⁶.

Contactar as instituições que abrigam - em regime de internato ou não - as crianças e adolescentes durante o processo de observação e escuta, permitiu que se fosse redescobrimo

⁵ Assistentes Sociais engajados em instituições voltadas para a política de assistência à minoridade. Para falar do seu trabalho, este profissional passa, de forma gradativa, a se referir às “suas” crianças e adolescentes(“suas” porque é nesta vinculação que seu fazer-profissional se delimita, atingindo-o também). Assim fazendo, (pres)supõe falar de um outro(ELES), quando diz de si(EU) e de seus próprios espaços, em sucessivos deslocamentos mediados pela linguagem de um fazer-profissional, que se reformula e se reorganiza na experiência, na vivência.

⁶ *"Na sociedade baseada na exploração do homem pelo homem, como a sociedade capitalista atual, a violência se mostra tanto nas formas diretas e organizadas de uma violência real ou possível, quanto de modo indireto, e aparentemente espontânea, como a violência vinculada ao caráter alienante e explorador das relações humanas. É a violência da miséria, da fome, da prostituição ou das enfermidades, que já não é a resposta à outra violência potencial ou em ato, mas sim a própria violência como modo de vida, porque assim o exige a própria essência do regime social. Essa violência surda causa mais vítimas do que a violência ruidosa dos organismos coercitivos do Estado"* (NAZQUEZ 1986, p.382).

um cotidiano já conhecido, mas que naquele momento emergia desvelado em suas nuances mais singulares, acentuadas nas vozes emitidas, silenciosas ou silenciadas por uma (des)esperançada conformação. Mais que um quadro, tinha-se um movimento de gestos e de buscas sem respostas, pois as que ali eram formuladas não correspondiam à complexidade e às implicações do que era demandado. Neste movimento, na originalidade de cada história pessoal, estava a atualização de um processo histórico de espoliação e de marginalização, estava sua substantivação e pluralização no João-com-fome, no Raimundo-que-vive-na-rua, no José-infrator, na Joana-faminta, abandonada, violada e violentada em seus direitos.

Num cenário cujo palco era povoado pela diversidade de motivos, foi possível apreender que as ações resultavam de uma vivência cotidiana *grotesca* de internato dissimuladamente revestido do caráter de residência/lar, ou mesmo através de uma modalidade de atendimento tido como normal - de caráter matutino e vespertino. Era o *abrigo* que o poder público dispensava, como proteção social, aos que ali, pelo próprio viver, eram desabrigados, fosse pela via do abandono, do delito, da violência doméstica ou institucional; fosse pela falta de teto, ou por portarem alguma deficiência orgânica. De recém-nascidos a adolescentes, passando pelos que ensaiavam os primeiros passos, as fisionomias estampavam ares de uma terna tristeza que se estendia na magreza e palidez de rostos expectantes por uma (ainda que) inconsciente adoção, ou se disfarçavam na agressividade contida ou atuante. As brincadeiras por eles empreendidas no pátio, ou no interior do internato, tornavam-nos personagens de uma cena vigiada pelos educadores sociais, cujo papel, naquela ocasião, se fundia numa relação de ambíguo controle e impotência, visto carregar as marcas de uma contraditória avidez por um domínio e disciplina que lhes fugia de suas possibilidades concretas.

No todo, esboçava-se um quadro comportador das mais variadas nuances, cujos figurantes - pretensos cidadãos - ignorados e discriminados por suas famílias, pelo poder público e pela sociedade, habitavam um mundo de signos e normas cujos sentidos e significados somente suas rotinas poderiam dizer. Denotavam uma ambiência de contrária configuração, encerrando, em seu cenário, pares de elementos que se opunham em razões e desrazões de sua serventia, para a qual se fazia necessário, ora ter muros com jeito de prisão e quartos individuais com porte de alojamento, ora apresentando-se como casas com jeito de abrigos, com alojamento coletivo, num padrão de limpeza e ordem. Era o espaço destinado

àquelas crianças e adolescentes, em cujo colorido sincretismo se mesclavam histórias de (des)contentamento próprios e naturais de suas idades.

Este, pois, é o quadro com o qual os assistentes sociais lidam e convivem no seu cotidiano de trabalho. É com a problemática desses indivíduos sociais - usuários em potencial dos serviços sociais prestados pelas instituições -, tornada objeto ou matéria-prima trabalhada na dinâmica dos processos de trabalho institucionais, que incide o fazer-profissional dos assistentes sociais.

É em face desta problemática que os assistentes sociais colocam sua capacidade técnica, seus conhecimentos, suas emoções, suas energias na prestação dos serviços sociais implementados pelas instituições - seu espaço de trabalho - objetivando projetos e intenções previamente idealizadas, ao mesmo tempo em que, se objetivando, enquanto ser social que trabalha, que busca respostas às suas indagações pela necessidade do aprender, que procura soluções para realidades negadas e questionadas.

Quem são eles? crianças e adolescentes assistidos pelos Assistentes Sociais nos Espaços Sociocupacionais

Proceder à análise das falas destes profissionais, acerca de seu fazer, num contexto socio-ocupacional, supõe evidenciar as marcas formais delimitadoras desse contexto, das quais participam as condições de produção de um discurso, nos quais se misturam: as intenções do locutor, o quadro institucional, dados sócio-históricos e as expressões do sujeito face a outro(s) sujeito(s). Nesse sentido, a significação e os diversos sentidos dela emanados (e demandados) ocorrem na interação entre locutor e receptor, em cujo confronto se dá o funcionamento discursivo.

Desse modo, falar de seu trabalho, no âmbito das instituições, tomando por base "suas" crianças e adolescentes, para representá-las enquanto objeto desse trabalho (pres)supunha dizer tanto de si (um EU) quanto de um outro(ELES), numa fusão de pessoas mediada pela linguagem de um fazer-profissional carregado de sentidos e significado, dentro de uma organização social dada, até o grau em que a problemática-alvo de sua intenção, atenção e intervenção permitissem.

Nesse sentido, suas abordagens traziam à tona, em suas expressões, a problemática dessa criança, desse adolescente e de suas famílias - em situações de risco e carecentes de um

atendimento especial - seus procedimentos de trabalho, em suas prestações de serviços implementados nos espaços socioinstitucionais, para os quais haviam sido demandados.

De igual modo, seus dizeres falavam de um entusiasmo, de uma esperança e de uma emoção, realçados por um brilho no olhar que expressava uma íntima e profunda deferência por seus fazeres, estes enquanto razão substancial motivadora e um dos determinantes na/ da realização de suas tarefas, em seu árduo, difícil e desafiante caráter. Observem a fala desse profissional:

É um desafio como eu nunca enfrentei.[...] Antes de vir para cá, eu fui, para CRM (...). No CRM eu começava a ver que sempre se trabalhava as questões para os meninos não precisarem chegar lá, quando eu cheguei aqui, eu comecei a ver que tem que se montar uma proposta junto à família para os meninos não precisarem sair dela. [...] é desafiante demais! (Entrevista 10. Currículo antigo. Função de execução).

Paralelamente, como se pode ver nesse enunciado, em aparente contradição, na arena dos seus dizeres, mesclavam-se sentimentos de angústia e tristeza reveladores / denunciadores de uma condição de impotência, ante uma realidade configuradora de exclusão, de pobreza, de miséria, fruto do descaso do poder público; realidade subsidiada por poucos recursos que, segundo suas formações discursivas, inviabilizavam a concretização de seus propósitos e intencionalidades.

...na nossa trajetória de trabalho, a gente tem até se colocado no programa de prontidão para retornar os meninos pras famílias, mas nós não estamos colocando a família em prontidão para receber o seu menino. Então veja porque é que a gente não faz isso? Porque a gente depende de Políticas Sociais Básicas, como Saúde, Educação, Trabalho, Habitação, Assistência.[...] O trabalho da gente fica muito sacrificado(Entrevista 13. Currículo Antigo. Função coordenador.).

Em meio às enunciações, sobre a problemática de sua clientela-alvo - população infanto-juvenil na condição de infrator, em situação de abandono, de vitimização, logo em situação de risco - um grupo quase invariante de sujeitos, formados tanto pelo currículo antigo quanto pelo atual, atrelou tal problemática ao aspecto da carência enquanto um estado decorrente das subcondições sócioeconômicas caracterizadoras de um contexto familiar negativamente favorecido, cujos filhos são estigmatizados por se originarem de lares

destituídos, ou de baixa renda, desfeitos em sua unidade nuclear, por isto considerados substratos da população.

Ele cometeu um ato infracional, daí fica muito isolado da escola, da comunidade. A gente tem uma preocupação que ele realmente fosse para a escola, para o trabalho(PP), que tivesse essa participação em outros grupos, que pudéssemos ajudá-los a retornar aquela vida de um adolescente normal[...]. Quando eles praticam um ato infracional, pela questão do vício, das drogas[...] por ser preso, é...discriminado [...] A carência econômica leva essas famílias, também, a não terem como realmente manter esse filho no seu convívio familiar, acompanhá-lo, educá-lo(Entrevista 14. Currículo Antigo. Função coordenador).

No seu dizer está, entre outros, a demarcação de um fazer-profissional preocupado em reinserir o adolescente infrator ao convívio da sociedade, ainda que no caso em estudo este dizer se reporte ao programa instituído pelo órgão ao qual presta serviço. Neste sentido, suas representações evocam o papel da escola enquanto espaço educativo (ou de reeducação) no qual, e em meio a cujos instrumentos ele poderá ressocializar-se, de modo a *retornar aquela vida de um adolescente normal*. Na verdade, ao conceber desse modo, esse sujeito está a corroborar uma situação de original desintegração, patenteada pela evidente exclusão social, traduzida pelos critérios de anormalidade, ditados por um estado de improdutividade social decorrente de um ato infracional gerador de isolamento. Nesse momento, pois, emerge, da implicitude do seu discurso, o caráter educativo com que se reveste o fazer desse profissional, o qual chama para si tal competência, na impossibilidade de suas famílias *não terem como acompanhá-los ou educá-los*. É nesse momento que o assistente social se vê como um dos educadores responsável e imprescindível nesse processo. É um adolescente em situação de risco que precisa ser assistido, encaminhado e orientando.

A criança está numa situação de risco, então a gente vai ver e resolver [...]. No momento, nós temos uma abrigada aqui que já tem três vezes que entrou com o mesmo problema, a prostituição. Aí, a gente até questiona. Olhe, três vezes, a gente vai deixar na família, faz o estudo, solicita o juiz, ou o juiz manda então de volta. A gente sabe que vai encaminhar pra casa e ela vai voltar pra prostituição [...]. A família muito carente, pobre, uma casinha de taipa, morando no interior, não na cidade é, num município, assim que não tem nada. Quando a gente deixa, a gente sabe que vai voltar. A maioria desses abandonados é uma questão social, é a condição financeira que os pais não têm de manter os filhos, entendeu como é? As famílias cada vez

mais empobrecidas, não têm trabalho. (Entrevista 8. Currículo Antigo.Função de execução).

No quadro enunciativo de seu discurso, suas representações evidenciam a criança enquanto um problema, para cuja solução se fazem necessárias renovadas tentativas, tantas sejam as reivindicações por ela cometidas em seu *ato infrator*. Curiosamente, tal assertiva se dá num tempo verbal designativo de um futuro mesclado por um caráter condicional (*... a gente vai ver e resolver... ou, a gente vai ver se resolve*), cuja confirmação é contradita pelo triplo retorno da menor à instituição. Implicitamente, tal situação gera um *indignado* questionamento desse sujeito sobre o seu próprio fazer, cuja resposta, simultaneamente atesta e ratifica uma visão reacionária da instituição-família (*...pobre, carente, casinha de taipa, morando no interior*), corroborada na prévia certeza do retorno dessa menor à prostituição (*... a gente sabe que ela vai voltar pra prostituição*). Não obstante, reporta-se a uma justificativa pautada na questão social, desta feita marcada num dizer coletivo (*... a gente sabe...*), questão social esta contraditoriamente reducionista, quando limita sua esfera às parcas condições econômicas de que seus pais são dotados, situando, através de um discurso geral e abstrato, a situação de recesso do por que passa o país.

Ante a situação, resta-lhe contentar-se a exercer-se (ainda que sem grandes esperanças), enquanto aquele ao qual, no exercício de suas funções, também compete proceder aos estudos(de caso) e conseqüente encaminhamentos, estes traduzidos por orientações e esclarecimentos solucionadores para os problemas. Uma realidade de pobreza é pontuada e denunciada, ao mesmo tempo em que revela a angústia do assistente social em ver o efetivo resultado do seu trabalho não-concretizado, enquanto fruto de uma situação cujas possibilidades de solução lhe escapa das mãos.

A gente vê os programas sendo distorcidos na sua essência, eles são criados, por exemplo, para adolescentes carentes de renda máxima até 2 salários mínimo, e não é isso que acontece; na verdade, eles são desviados para outras pessoas que têm padrão de vida melhor, que não estão de acordo com os critérios do programas. Na maioria são desviados dessas pessoas. [...] Temos um projeto que foi criado para filhos de presidiários. Então a nossa clientela de lá são meninos, é... com “N” problemas: de iniciação a roubo, à drogas (PP). E...os funcionários que trabalham esses adolescentes, eles não têm nenhuma capacidade.[...] a maioria não tem nem o 2º grau [...] A situação dos pais, uma desintegração da família total. O pai é alcoólatra, a mãe é separada, é o pai bate no filho, o padrasto bate no menino, o menino vai prá rua, passa uma semana sem ir em casa. São essas questões da desintegração da família, devido às próprias condições de vida deles

mesmos. São meninos provenientes de onde? da/ da beira do rio, daquelas favelas ali,sabe? Então eles não têm nenhum apoio familiar (Entrevista 2. Currículo atual. Função de execução).

Ao marcar-se num sujeito coletivo (*...a gente*) esse sujeito divide, ao mesmo tempo que soma, as dores instituídas pela vivência de um cotidiano assinalado(regulado) por um conjunto de arbitrariedades expressas pelos desvios dos programas destinados à criança e ao adolescente (*...sofre muito aqui(...) os programas distorcidos... desviados para pessoas... têm padrão de vida melhor*). Tais distorções, ao lado de outros problemas citados(roubos, drogas, alcoolismo, aids, prostituição) compõem uma rede de indefinidas somas geradoras de uma situação social, cuja problemática se configura como não-quantificável em sua dimensão (*.. é.. são N - problemas..*), dimensão essa que o atinge no que tange ao alcance do seu poder de decisão, traduzindo-se por isto num quadro que é comum a ambos - assistente social e clientela.

Na relação *programas distorcidos, adolescentes carentes(...)vida melhor, funcionários não têm nenhuma capacidade/ família desintegrada/ nenhum apoio familiar*, percebe-se que, quando os substantivos determinam, os outros elementos adjetivos o indeterminam; numa relação inversa, os demais elementos do texto realçam a indeterminação, determinando-a, o que se torna patente através de um discurso geral e abstrato. Não obstante o sujeito se mostre detentor de certa visão crítica (*...eles são desviados para pessoas ... padrão de vida melhor, ou os problemas sociais são demais*), predomina em seu discurso um caráter reacionário, quando atribui a culpa à carência, ao abandono, às mães solteiras; ao desequilíbrio familiar, à separação do casal, bem como à falta de apoio familiar e à demarcação geográfica característica das origens das crianças, conforme assim o fizeram: *...são provenientes de onde[...] beira do rio; daquelas favelas ali..* A esse *onde* adverbial, aqui traduzido, configurado e circunstanciado por uma ideológica e denunciadora indagação, associam-se outras marcas lingüísticas de igual nível(*...daquela...ali*). São modalizadores que denunciam um distanciamento, senão caracterizam um olhar evocativo de negação à solução dos problemas que lhes dizem respeito (*distanciando-os em suas origens, distanciando-os nos problemas que até então não eram comuns*), constituindo-se ao mesmo tempo numa marca de identificação da classe social à qual tal clientela é reduzida. São índices aos quais foram impressos reforço e ênfase, num chamar à atenção para o lugar que esse clientela assume no seio da sociedade.

No contexto da análise, percebe-se que esse sujeito coletivo diz de um sofrimento também coletivo, gerado nas entranhas de um programa mal administrado, que termina por

exercer influência sobre o sujeito enunciativo, tornando-se assim um sofrer compartilhado; sofrer que se dá a propósito de uma distorção que afeta a materialidade das intenções pré-idealizadas por esse profissional.

Trata-se de um discurso caracterizado por uma linguagem enquanto interação social, em cujo espaço cada palavra emitida expressa o EU em relação com o OUTRO, em que a conformação de cada emissão verbal é construída a partir do ponto de vista da comunidade à qual pertence, sendo quase dominante em todo o trajeto discursivo dos assistentes sociais.

Ao retratar a realidade, suas formações discursivas retratam, igualmente, possibilidades de aproximação entre os sujeitos entrevistados e sua clientela (o que é revelado pelos operadores argumentativos do discurso por eles empregados em suas falas), aproximações estas que os tornam semelhantes em condições de vida - ou de falta de vida (carências) - nivelando-os, ou restringindo-os a um status marcado por um aprisionamento engendrado por faltas. Tal condição é extensiva ao nível do seu fazer-profissional, quando conforma um dizer que, se não é dito pela palavra, mas é ditado pela racionalidade estruturante da instituição. Não obstante, no âmago da negação da realidade se dá a busca de soluções.

Essa identificação é revelada por suas falas enquanto palco de interações, cujos personagens, em dialógica e conivente convivência, se constroem na medida em que se representam umas diante das outras, traduzindo um processo em que o Eu se constrói constituindo o Eu do outro e é por ele constituído. Trata-se da intersecção de dois sujeitos, dos quais um se representa como fonte do dizer, do orientar, do educar e o outro enquanto pessoa-no-mundo, caracterizado social e historicamente como fonte do receber, do ser orientado, do ser educado. Tal interação, vista como compartilhada num contexto das relações entre profissionais e clientela, possibilita ao assistente social - um dos profissionais participantes do trabalho educativo - também, receber, aprender e renovar seus conhecimentos a cada objetivação vivenciada em sua experiência de trabalho realizada de forma cooperativo e combinada com outros profissionais.

Todos os elementos presentes nessas falas, permeadas de hesitações, perdas de lógicas, falhas, lugares-comuns, descrenças e outros recursos lingüísticos deixam transparecer uma compreensão e um sentido da problemática da criança e do adolescente numa perspectiva ideológica de anormalidade social, de uma patologia, fundada num discurso conservador burguês. O nível de consciência que esses indivíduos têm dos problemas explicitados chega até a uma denúncia das arbitrariedades e desvios ocorridos em determinados programas.

Denúncia esta que vai da falta de capacitação dos profissionais técnicos no acompanhamento da criança e do adolescente, ao questionamento da *carência dos pais* porque a *situação econômica que é séria*, de um lar desestruturado em decorrência dessa situação econômica e por conta da própria conduta dos pais e responsáveis, quando muito passando pela situação do país, verbalizada pelo segundo entrevistado [... *é uma questão social a problemática desses adolescentes que passa pela situação de recesso do país*]. Entretanto, tais questionamentos não ultrapassa o discurso acrítico, a-histórico e ingênuo da realidade social vivida por essa população infanto-juvenil que, por circunstâncias sociopolíticas e econômicas, fora excluída, subalternizada, impedida de um desenvolvimento integral, como demarca a orientação teórica e idealizada no ECA, fortalecido pela Constituição de 1988.

Não obstante essa visão do indivíduo (culpabilizado pelo seu ato, na sua individuação ou culpa do contexto familiar), e o não-questionamento à ordem social vigente, a problemática, em sua forma aparente, é pontuada, situada, demonstrando um certo conhecer sobre a realidade com que eles trabalham. Inclusive se vendo através dessa população como trabalhador aviltado em suas condições objetivas de trabalho e como trabalhador assalariado.

O discurso desses sujeitos, embora alguns até sejam formados pelo currículo atual, reproduz uma leitura de sociedade própria do modo de ver, conhecer e interpretar a problemática social no nível da aparência e das conseqüências sociais, sem considerar a complexidade das relações sociais que as determinam historicamente. O aprender desses sujeitos, através do seu trabalho, potencializou um saber-fazer num processo de racionalidade reificada, em que as contradições sociais são negadas e anuladas, mesmo naqueles com uma formação profissional crítica a que se propôs o currículo atual.

Em contraposição a esta leitura e interpretação da situação da criança e do adolescente, têm-se outros sujeitos formados no currículo antigo e atual que sedimentam e embasam o seu pensar sobre tal situação, em um novo direcionamento. Para eles, que se constituem numa variância, tal situação dos usuários - em potencial - das políticas de proteção especial e social é resultante de *um contexto sócio-econômico, sob um ideário neoliberal, que primeiro leva ao abandono e exclui as famílias e, por conseguinte seus filhos, os quais são denominados de população dos deserdados sociais*. Em uma determinada entrevista, um dos sujeitos do currículo antigo denomina essa população de *filhos abandonados da política-econômica neoliberal* (Entrevista 24. Currículo antigo. Função de execução). Quer dizer, filhos de uma política que exclui, desemprega, privatiza o que é público,

(des)responsabiliza o Estado⁷ perante a implementação de uma política de seguridade social, levando à constituição dos deserdados sociais, filhos abandonados; portanto, de uma política de exclusão social. Além desse sujeito, próximo e fazendo a mesma leitura da problemática das crianças e adolescentes assistidos pelas instituições responsáveis, têm-se outros sujeitos, também do currículo antigo, bem como do currículo atual. Veja o que enfatizam estes sujeitos, minoria em relação aos demais que pensam diferenciados.

A maioria do pessoal que a gente assiste aqui não tem nem sequer renda, ou não tem renda fixa, então para eles conseguirem manter esses filhos, tirar os filhos do trabalho precoce e se manter é difícil. Então o que é que a gente vê?[...] As políticas sociais estão longe de serem implementadas realmente de forma séria, com compromisso, sendo vista como prioridade, como um direito do cidadão; bom, isso a gente ainda não/ não avançou.[...] O descaso que a gente ainda presencia dos governos com a assistência, com a população, com o cidadão, com o serviço público que para eles nem são cidadãos. São pessoas pra quem qualquer coisa é suficiente, sabe... não têm nada, e qualquer coisa é bastante. E a gente escuta esse tipo de coisa de forma freqüente no âmbito das instituições públicas (Entrevista 16. Currículo atual..Função coordenador).

Utilizando-se de um discurso que traduz em si as marcas de uma denúncia, da insatisfação e de uma indignação decorrentes da falta de uma política séria e comprometida com a assistência social, esse sujeito insere, nessa perspectiva, a justificativa para a falta de condições de que as famílias são dotadas(*... não tem sequer renda, ou renda fixa*), razão por que se torna difícil - impossível - manterem-se. Diante dessa constatação, emite um indignado questionamento, ao qual responde de forma incisiva, ainda que mesclada de um caráter de indeterminação, quando atribui/atrela *... aos governos(um sujeito vago e impreciso na sua forma plural), bem como às políticas sociais.* a culpa pelo descaso com aquela população.

Não obstante, destaca o não-exercício do direito de cidadania dessa clientela, reconhecendo-a como uma limitação vinculada-se não à corroboração de um recuo, de um retrocesso ou de uma estagnação do processo político-social - a uma revelação da negação de

⁷ Subordinados a uma economia globalizada e norteadas pela doutrina política neoliberal, o Estado “propõe a transformação de nosso país numa grande zona franca internacional, através da supressão do estado nacional, de suas prerrogativas protecionista, tornando-o incapaz de assegurar bem-estar e prosperidade para o seu povo” (Rabelo, 1995, p 25).

um processo de avanço, em meio à qual e devido à qual em seu discurso as pessoas expressas e representadas por marcas lingüísticas de indefinida designação [...*para quem... Qualquer ... serve*] reduzem-se à condição de ignorados sociais (socialmente ignorados).

A gente está vivendo um desmonte das políticas de assistência[...] a população órfã mesmo de assistência, a questão [...]da participação mínima do Estado. e a família cada vez mais[...] empobrecidas (PM). [...]O modelo Neoliberal exige cada vez mais qualificação, e está ficando cada vez mais seletivo A nossa população está cada vez mais alijada desse mercado, [...]. Porque a nossa população é assim (PP), predominantemente analfabeta, os/ os pais das nossas crianças (PP) assistidos pela instituição. Nesse modelo onde [...] a exclusão (PP) está cada vez mais[...]acentuada, a coisa fica mais gritante,[...] cada vez mais perversa para a população (Entrevista 15. Currículo antigo. Função de execução).

O eu-coletivo desse sujeito [...*a gente*] não só denuncia a orfandade da população assistida pelos programas assistenciais, face ao desmonte das políticas sociais em que o Estado a cada momento se (des)responsabiliza do seu encargo, mas também, de forma velada, denuncia as suas condições objetivas de trabalho e de trabalhador assalariado, vinculado a esses programas. O empobrecimento e a exclusão das quais ele fala, são percebidas, nas entrelinhas dos seus dizeres, qual uma realidade de um outro que também lhe atinge, não só como profissional preocupado com esta questão, mas como um outro que também se empobrece, se proletariza. A realidade desse outro próximo e com ele identificado - via seu trabalho - concorre para que se pauperizem pela falta de condições objetivas e pelo salário aquém de atenderem as suas necessidades como trabalhador qualificado, especialista e graduado pela universidade. e sua subjetividade revela-se em angústia e medo. a ênfase nas expressões *nesse modelo onde a exclusão [...] está cada vez mais [...] acentuada, mais gritante, [...] cada vez mais perversa para a população* é sintomático de um sujeito insatisfeito que se vê nessa realidade de exclusão social aviltado em suas condições de trabalho e trabalhador, condições essas que se torna perversa e gritante também para eles. Observa-se um desmonte que desmonta as possíveis realizações concretas de um sonho, irmanado-se numa orfandade de vida (assistência) em que tudo se reduz ou se traduz por um "*nada*", que reitera a própria destituição do exercício de direitos, logo de cidadania.

O interesse do governo é mesmo que existam crianças nessas condições. O certo seria as famílias terem condições pra assumir os filhos, sem precisar que eles estivessem na rua [...].Então qual o interesse do governo de educar,

nenhum . [...] os programas existem como forma de camuflar o que eles poderiam dar em condições de salários. Não tem condições uma família de 6, 7, pessoas sobreviver com 120 reais! [...]. Os governantes não têm muito interesse, você veja a questão da saúde, da educação é diferente? [...] como profissional, a gente tem uma responsabilidade muito grande de repassar as informações, pelo menos um pouco do que a gente tem, a gente as vezes fica desanimada, mas na hora que você, pelo menos consegue repassar um (PP) um pouco disso pras pessoas, de repente você pode lá na frente ter algum resultado (Entrevista 17. Currículo Atual. Função e execução).

Em atividade de co-produção discursiva esse sujeito se representa, em princípio, incisiva, quando se vale de uma enunciação declarativa [... *o governo quer mesmo que sejam todos assim...*]. Não obstante sua convicção, o interlocutor convida a partilhar da responsabilidade de assumir uma opinião *disfarçada* de questionamento, numa forma de colher um posicionamento, similar ao seu, por outro lado investigando esse mesmo posicionamento ao devolver a indagação a seu interlocutor. Em meio a esse funcionamento discursivo, revela-se, em sua formação e em seu fazer-profissional, enquanto um sujeito cuja capacidade de leitura é capaz de transcender o dito, apontando, nos interstícios de uma situação dada, as lacunas existentes. E pauta em seu eixo de reflexão na falta de interesse dos dirigentes em relação à falta de condições de sobrevivência das crianças, das quais fazem parte a educação e a saúde, enquanto possibilidades viabilizadoras de superação de suas condições de miséria e decadência, chamando a atenção para a questão salarial.

Em sua abordagem crítica, ainda evidencia o caráter ideológico de que os programas governamentais são revestidos, empreendidos que são para ocultar uma situação de contradição, quando o que é destinado a essa população poderia ser traduzido em salário. Ante tal quadro, chama para si a responsabilidade de atuação, marcando-se como aquele que tem *obrigação* de informar a clientela, de modo a desaliená-la, para que esta não permaneça na condição de instrumento de legitimação de poder e conseqüente fonte de manipulação desse mesmo poder.

Desse modo suas representações colocam-no na posição de um educador social, munido de vislumbres de mudanças, ao qual compete, pelo *repasso de informações, instrumentalizar* as pessoas, na expectativa de que possíveis mudanças venham a ocorrer.

É interessante que esse mesmo sujeito, ao mesmo tempo em que reflete, critica, desvela, questiona, esclarece e propõe, chamando para si uma grande parcela da responsabilidade pela busca e tentativa de reverter este quadro, no auge de suas sugestões ele

tende a desanimar-se (não obstante a dimensão em que coloca o grau de seu papel/função). Note-se que neste sentido a linha ascendente de seu discurso tende a decair, o que é comprovado pelas expressões lingüísticas denotadoras de uma condição já não tanta entusiasta em sua convicção(a exemplo como demonstrara no princípio), passando quase a contradizer-se, quando põe, na expectativa de futuro, uma possibilidade quase remota de obtenção de um resultado concreto [...*pelo menos...um pouco do que a gente tem... às vezes desanimado... pelo menos ...repassar um pouco disso.. lá na frente ter algum resultado*].

Pertencendo tanto ao currículo antigo quanto ao atual, esses sujeitos constituem-se uma variância dentre aqueles que não apenas constataam as desigualdades e contradições sociais e denunciam, mas também propõem e indicam caminhos numa busca de respostas concretas às suas indagações. Retrata um saber-fazer profissional revestido de uma consciência crítico-reflexiva e ativa, em que o compromisso assumido sobressai, regendo o seu fazer construído e reconstruído num processo permanente de objetivações, nem sempre favorecedoras a materializações dos propósitos pré-idealizados.

Uma das vias pelas quais as propostas e indicações se encaminham refere-se à denúncia ao não-atendimento dos direitos sociais⁸, através da políticas públicas, as possibilidades do exercício da profissão do assistente social no atendimento a esses direitos sociais e humanos; não obstante, torna visíveis as probabilidades de atuação desse profissional em sua dimensão político- ideológica através de uma ação educativa.

Esses profissionais, conforme cada programa ou cada projeto que se volta para uma problemática na particularidade de uma ação específica - porém combinada e articulada - estabelecem finalidades, as quais se constituem em produtos da consciência humana. Há uma realidade social concreta da criança e do adolescente, já conhecida através do cotidiano e vivência desses sujeitos que com eles trabalham, que é negada na medida em que uma outra realidade, ainda não existente, é afirmada nas proposições de novos objetivos idealizados. Significa a própria prefiguração de um resultado idealizado no nível da consciência desses

⁸A formação profissional, sobretudo do currículo atual tem como uma de suas principais temáticas a questão da Assistência Social, numa perspectiva dos direitos sociais, da cidadania, em contraposição a um assistencialismo oriundo da prática da caridade, da filantropia comprometida com os valores humanistas, fortemente presente na cultura profissional, que hoje se depura no dizer de Yamamoto (1998, p.65) "de um humanismo abstrato para um humanismo histórico-concreto". Humanismo este que segundo Marx e Engels(1977,p.13-51 significa "o livre desenvolvimento de cada um seja condição para o livre desenvolvimento de todos"⁸.

sujeitos, na perspectiva da concretização de sua objetivação. No caso desses sujeitos envolvidos no processo da produção dos serviços socioassistenciais, no interior de um processo de trabalho, cada um, em sua área problemática particular, portanto voltado para o seu objeto específico de atenção, elabora seus planos de trabalho, organiza suas atividades, estabelece seus objetivos e metas, tendo como referência os objetivos e finalidades das instituições a que estão vinculados.

E nestas, o fazer dos assistentes sociais, no caso das instituições de assistência à criança e ao adolescente, situa-se no campo da reprodução de uma força de trabalho em potencial, a ser colocada no mercado de trabalho(ou já colocada), ao mesmo tempo em que mediatiza os serviços sociais previstos nos programas e projetos e, ainda, exerce o trabalho sócio-educativo e político na tentativa de interferir nas condutas, no modo de pensar e agir desses indivíduos sociais.

O Trabalho educativo junto à criança e ao adolescente e sua família se dá através dos processos de trabalho desenvolvidos na área da saúde ou da educação, cujos eixos de objetivação se voltam para a reabilitação dos deficientes.

Então a gente faz todo um trabalho com a família no sentido de conversar sobre a deficiência (pp), a importância que a criança tem pra não ficar só (pp) em casa sem (pp) expectativa se os pais... Ah, porque é deficiente deixa pra lá (pp) que não vai fazer esforço nenhum, daí então fica a cargo da instituição, da escola e pronto, não, é importante que a família participe (pp) nesse processo de tratamento, de reabilitação da criança (Entrevista 25. Currículo atual.Função de coordenação e execução)

Eu acho que estou fazendo assim um trabalho educativo de orientação junto ao deficiente e a sua família, no que diz respeito aos direitos(pp) a todo atendimento que ele tem direito a ter e, sobre as leis, que atende, que ampara o portador de deficiência. e todo esse acompanhamento também, tanto nas oficinas como encaminhamento pra diversos setores. esse trabalho mais educativo de educação, de orientação que a gente faz. e, dependendo da necessidade, de sermos solicitado, as vezes fazemos visitas domiciliares quando eles estão...(entrevista 21. Currículo atual.Função de execução)

Tal trabalho se dá, também, na área da assistência e proteção especial, cujos eixos de objetivação se voltam para a reinserção do infrator à sociedade, mediante um processo de socialização; para o desabrigo da criança vitimada por abandono ou falta da família, que exige o retorno, adoção ou outras condutas jurídicas; seja num processo de trabalho que exige um atendimento emergencial à criança e ao adolescente em qualquer situação de risco e/ou negligência do governo, da sociedade, da comunidade e da família, implicando em um

encaminhamento aos serviços de pronto atendimento, ao mesmo tempo que um acompanhamento mais sistemático.

A gente trabalha mais, no caso, com a família pra ver o retorno(**desabrigo**) deles (**deficientes abandonados**) e como eles são eficientes na maioria das vezes, quando no geral, sabe? É muito difícil a volta deles pra casa e ainda tem a questão da morosidade, que **a colega** falou, [...] da justiça, pra dar o desligamento deles, dar o encaminhamento nos processos.(E5. Catu.C) .

Então essas unidades vão escolher, dentre as famílias que são assistidas, aquelas que têm (PP) realmente/ que tem um maior número de filhos, em idade escolar. Porque um dos objetivos do programa é viabilizar, iniciação, reinserção e permanência na escola e inserção, reinserção e permanência no ambiente familiar(**em função do retorno a família, o desabrigo**), então se via os meninos... o maior número de filhos em idade escolar(E16. CAtu.C)

[...]a gente tem que assegurar todas as necessidades básicas do interno: a escolarização, atendimento psicológico, todo acompanhamento de Serviço Social e a parte de profissionalização (PP), a parte de saúde também (PP), além de todos os aspectos Judiciários, (PP)que compete a casa como um todo(PP). E assim dentro dessa visão eu acho que o mais complicado é você conseguir de fato trabalhar a visão do que seria trabalho educativo, porque é aquela coisa de tá preparando esse menino pra vida, eu não diria que é um objetivo específico, mas prepará-lo pra vida (PP), pra essa possibilidade de conviver com o grupo, de conviver lá fora principalmente. Eu acho que talvez essa seja a maior dificuldade, (PP) do trabalho que[...]educar [...] é você tentar dentro desse ambiente através de todos esses serviços que você presta (PP) permitir que ele venha adquirir novos valores, (PP), reaprender novas coisas (PP)**ressocializar-se**[...] (E28. CAtu.C).

[...]e nós como assistentes sociais, nós temos um papel fundamental com relação a esse contexto. É de fundamental importância, porque nós lidamos com o social, com a/ a massa e a gente tem, acho que a gente tem condição de ajudar as pessoas a se ajudar, de reivindicar [...] uma formulação de políticas básicas, mais escolas, mais saúde, a saúde que está aí, está tudo sucateado... (E24. CAnt.E)

O que fazer? como fazer? e para que fazer? Em função de um resultado ou produto final, implicando numa mudança de realidade denunciada e questionada, nos dizeres desses profissionais, não depende de forma exclusiva de sua vontade, nem do seu desempenho individual em interação com o coletivo, num processo cooperativo de trabalho.

Neste fazer concreto, estão inclusos e, intrinsecamente relacionados os objetivos e intencionalidades das instituições que organizam e dão feições aos processos de trabalho, dos quais os assistentes sociais e outros profissionais participam de forma coletiva e cooperativa e combinado

Desse entendimento resulta que a materialização dos propósitos pré-idealizados se dá via programas e projetos vinculados ao planejamento dessas instituições, ao mesmo tempo que dependem da vontade política dos seus dirigentes.

Limites e possibilidades de viabilização, ou não, do trabalho do assistente social, já foram demarcados ao longo desta análise, os quais estão relacionados, dentre outros, às condições objetivas de trabalho propiciadas pelas instituições que tornam este fazer-profissional "possível", mesmo que sejam precárias e aviltantes, inviabilizando grande parte das atividades. Veja o que dizem estes profissionais:

Agora as visitas eu ainda não fiz[...], primeiro pelas dificuldades [...].A questão do transporte que é um direito que o portador de deficiência tem. O transporte traz ele pra o atendimento. O transporte está parado por falta pessoal. Dizem que está faltando pessoa. Numa hora falta combustível, outra hora falta dinheiro pro combustível[...].Tem essa questão do combustível e, outras dificuldades que a gente enfrenta no dia a dia. A questão até da falta de material pra gente trabalhar, pra gente desenvolver as atividades da gente. Até o material burocrático, quer dizer falta tudo. Essas dificuldades, eu acho que não é só, na, na instituição[...] eu acho que é a nível de Estado, de estrutura. [...] Eu coloco dentro desse modelo econômico, tudo isso é reflexo e afeta **as condições de trabalho?** (E26.CAtn.E)

As condições são péssimas sabe, primeiro que tudo a gente precisaria ter um pouco mais de tempo, sabe? (PP) a gente precisaria mais de tempo, a gente precisaria de um carro, porque todo trabalho da gente depende de/de contato com essas famílias. E então a gente tem um carro uma vez por semana, tem casos que a gente precisa de acompanhamento mais sistemático, não pode dar esse acompanhamento, porque vem hoje na quinta feira, aí vem daqui a oito dias, oito dias você já tem outro caso que já é mais urgente pra você resolver, então (PP) quer dizer, condições mesmo a gente, é muito precário (E17.CAtu. CN .E).

E aí eu fui é (PP) refletindo nesse sentido de buscar alternativas, de buscar formas, mas é muito difícil, tem hora que a gente se sente assim... muito impotente porque (PP) tudo depende de recursos. De recursos, de recursos, de recursos e você fica buscando! De onde eu vou tirar recursos de onde é possível uma instituição ir buscar recursos? e o recurso que venha de forma certa.[...] (PM). E a gente escuta esse tipo de coisa (PM) de forma freqüente, não é? (E16. CA tu.C).

O Serviço Social, nesta casa aqui, tem a finalidade de desabrigar os meninos.[...] a gente é contratado para isso. (PP) Então aí a gente tem o Estatuto, que a gente vai ter que trabalhar em cima dele e tudo, e aí a gente começa a trabalhar a questão do menino ser desligado e ter uma convivência familiar e comunitária adequada pra ele, é, salutar. E pra isso a gente termina tendo que trabalhar as questões dentro da casa (PP), então nós nos deparamos com a dificuldade grande aí, é que por um lado a gente tem a questão do/ do contato com a família, que pra mim é a questão mais séria, que seria o ponto chave da

nossa atuação, e a gente atua pouco por falta de transporte e de outras condições (E10. CAnt. E).

Eu sinto como um dos objetivos principais quando se vem trabalhar em casas assim; cobram da gente, porque as casas e tudo lotada, porque querem que a gente faça os estudos, encaminhe os estudos e peça desabrigo pra poder sair o povo, pra poder as crianças saírem. E assim dar a vaga pra outras. E a gente, assim, nessa carreira, nessa cobrança acaba fazendo um trabalho alinhavado, sem muita consistência porque como tudo é dinâmico. Eu vejo assim: a gente vai e faz uma visita hoje, aí naquela visita a gente já pede o desabrigo. Mas quando for daqui a um mês aquela situação já é outra, mudou completamente e a gente não pode nem acompanhar, não tem como, falta condições objetivas para isso" (E7. Catu.C).

É um trabalho assim muito dinâmico, mas de qualquer forma a gente se sente assim (PP) impotente na solução, no encaminhamento de determinadas soluções (PP), porque não depende do Assistente Social a, é, ele só faz encaminhar. Agora de nossa parte a gente fica angustiada porque não vê a solução daquilo que a gente propôs (PP), Porque a gente deve, o Serviço Social, ele depende muito de outras instâncias (PP), pra concretizar aquele (PP) trabalho que a gente gostaria de fazer, de realizar junto ao usuário, aí a gente se sente impotente, né? (E13. CAnt.C).

Invariavelmente, os sujeitos dessa pesquisa se colocaram numa posição de denúncia e questionamento face às condições objetivas de trabalho, às quais têm se submetido, em função do atendimento às demandas usuários dos serviços prestados pelas instituições, seu cliente em potencial. Nestas falas, verifica-se uma confluência de problemas comuns aos processos de trabalho das instituições como: a falta de transporte, de pessoal e de combustível, recursos materiais e humanos, importantes na dinâmica do trabalho; a falta de recursos financeiros subsidiários para a realização das atividades, na compra de material burocrático; a pressa no desligamento dos abrigados como condição para oportunizar outras crianças e adolescentes; morosidade na justiça no encaminhamento dos processos, e outras questões aludidas pelos assistentes sociais ao longo do percurso desta análise.

Veja, há um processo de objetivação em curso, no contexto das relações profissionais e institucionais, vivenciado pelos assistentes sociais em seu fazer-profissional. Por meio dessa objetivação, o sujeito que faz não só produz serviços; mas, mediados por estes, orienta e incide nas condutas, nos comportamentos e maneiras de agir e pensar o mundo dos usuários desses serviços. Ao mesmo tempo que contribui na transformação da maneira de ver e ser no mundo desses indivíduos, através de uma ação educativa, política e ideológica, estes profissionais também se transformam em sua subjetividade, na medida em que desenvolvem novos

conhecimentos, novas habilidades potencializando a sua força de trabalho uma maior capacitação e qualificação - um maior aprendizado.

Conforme Lukács (1974, p. 364), se as formas objetivadas da sociedade assumirem posições ou funções que coloquem a essência do homem em oposição ao seu ser, oprimindo, deformando e o desfigurando, ou seja, se colocando como barreiras sociais ao próprio desenvolvimento da personalidade humana, tornam sua objetivação alienante e estranhada.

De forma efetiva, os problemas enfrentados pelos assistentes sociais dificultam e inviabilizam a realização plena do seu trabalho, sobretudo porque os encaminhamentos das soluções não dependem da vontade e do interesse dos assistentes sociais, embora se fale de uma relativa autonomia profissional⁹. As péssimas condições de trabalho do assistente social não só afeta a objetividade do seu fazer (*a visita não foi concretizada, o retorno familiar deixou a desejar por falta de acompanhamento sistemático, o trabalho ficou alinhavado etc.*), mas, sobretudo a subjetividade desses profissionais que se sentem angustiados, desesperados, impotentes por se verem impossibilitados de concretizarem seus objetivos, suas intencionalidades, previamente idealizadas: Há um *trabalho que a gente gostaria de fazer, de realizar, né? junto ao usuário, aí a gente se sente impotente, né?* Barreiras sócio-institucionais estão a impedir a realização do mesmo.

Note-se, nesta expressão, que a essência deste indivíduo como ser humano e social clama por uma possibilidade de realização que não é só da atividade em si, mas do seu ser, da sua capacidade humana de fazer e obter resultados, por meios dos quais é possível o aprimoramento de seus conhecimentos e habilidades, e conseqüente realização profissional. Realização que incide no desenvolvimento de sua personalidade, a qual se orienta por *determinações morais, éticas e ideológicas*¹⁰.

⁹ O assistente social, na condição de trabalhador assalariado, embora detenha segundo Yamamoto (1998:106), uma "autonomia ética e técnica no seu fazer profissional, garantida pelo código de ética e pela regulamentação legal da profissão"⁹, sua força de trabalho está subordinada a uma relação social de poder constituída institucionalmente, sob um quadro hierárquico, subordinando-se por conseguinte as normas, decisões e predeterminações do seu empregador e gerenciador. Conforme a Lei n 8.662, de 7 de junho de 1993 que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências em seu artigo 1 enfatiza: "*É livre o exercício da profissão de Assistente Social em todo território nacional, observadas as condições estabelecidas nesta lei*". Segundo o Código de Ética (Resolução CFESS n 273/93 de 13/03 de 1993) no Título II, At. 2 letra b) enfatiza o "*livre exercício das atividades inerentes à profissão; e a letra h) a "ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com suas atribuições, cargos ou funções"* (CRESS,96/99, p.50-51)

¹⁰ Para Sawaia (1995,p.48-49) "*Necessidade e sentimentos não são pulsões naturais e nem funções orgânicas e biológicas universais, são representações sociais que além da singularidade, expressam determinações sociais, morais, éticas e ideológicas complexas. Cada momento histórico tem categorias orientadoras de valor que se tornam princípios organizadores do pensamento, sentimento e das necessidades e ações dos homens. Por outro lado, a subjetividade é mobilizada para que o social seja introjetado como operacionalidade cognitiva, como proibição de certos conteúdos e como moralidade.[...] A ética se expressa como desejo, paixão, conhecimento, ao mesmo tempo que é mediada por eles no movimento de subjetivação da*

Uma das possíveis caminhos para a realização profissional encontra-se no fato de ver o trabalho planejado concluído, materializado em resultados que tragam ao profissional a certeza do dever cumprido; ao mesmo tempo que se sentem satisfeitos e gratificação de ver os resultados do seu trabalho sendo úteis para aqueles a quem foram dirigidos seus serviços.

Então é/ é importante e/ é gratificante, mesmo a gente sabendo que está sendo explorada porque isso aconteça. O ano passado passaram por essa casa cento e quinze crianças, e foram adotados **quase cinquenta por cento**, 49 nove adoções excelentes. Pessoas querendo o 1º filho e pessoas que tinham terminado já a sua parte de criar seus filhos[...]. O filho mais velho tinha 20 anos. [...] Então isso é importante e é gratificante a gente é como Assistente Social e como coordenadora também, sabe? Porque a gente vê que o trabalho da gente é uma correspondência, [...] quando eu retorno uma criança para a família (PP) eu estou fazendo a metade do trabalho. Aquela família quer a criança, foi trazida porque estava sendo maltratada. Essa criança volta pra família a gente fica com a interrogação em relação ao trabalho social que a gente fez, porque a gente não sabe se essa família vai corresponder ao trabalho que a gente fez, porque a gente não tem possibilidade de fazer o acompanhamento sócio-familiar após o desabrigo da criança. Quando essa criança sai pra uma adoção a gente diz que aquele trabalho foi concluído, porque aquela família já está trabalhada, aquela família realmente a gente tem provas de que o trabalho foi concluído até porque essa família continua a vir aqui na casa[...] Aí eu [...] fiz a minha parte de Serviço Social, sabe? Mas em relação ao retorno à família, pra essa família dessa criança que foi tirada por causa der maltrato (PP) eu fico com muitas dúvidas em relação a conclusão do trabalho (E8Ant.C).

Constata-se um nível de satisfação desse profissional expressa de forma manifesta em seu discurso pelos resultados alcançados em seu trabalho junto ao programa de adoção, não obstante se sentir explorado na sua condição de trabalhador assalariado. Ao mesmo tempo é possível perceber a sua insatisfação e inquietação, em relação ao programa de retorno das crianças as suas famílias, pelo fato do trabalho sofrer solução de continuidade. Para ela o trabalho não está concluído, portanto não atingiu os resultados desejados, pre-idealizados. Além de ser uma situação de difícil solução considerando as condições que vivem as famílias assistidas, ainda existem as condições objetivas de trabalho que inviabilizam as atividades e, por conseguinte, os possíveis resultados esperados, em face da insuficiência de recursos materiais, humanos e financeiros propiciados pelas instituições.

Não obstante tais barreiras sociais que avilta, desfigura e deforma o fazer-profissional dos assistentes sociais, tornando as objetivações alienantes e estranhadas em alguns momentos,

há um processo de aprendizagem em curso desses profissionais. Como sujeito que age na relação com o objeto de sua atenção, o seu próprio trabalho e os resultados desse trabalho, mesmo não sendo efetivamente os constituídos em suas intencionalidades, introduzem nesse sujeitos novas necessidades, novos conhecimentos. Surgem daí um outro homem com características e capacidades qualitativamente novas, pronto a interceder frente as novas tarefas e atividades.